

ANEXO I

a que se refere o artigo 5º da Lei Complementar nº 854, de 30 de dezembro de 1998.

Denominação da Classe	Níveis de Vencimento R\$				
	I	II	III	IV	V
Agente de Desenvolvimento Social	1.020,00	1.096,50	1.178,74	1.257,14	1.362,18
Especialista em Desenvolvimento Social	1.470,00	1.880,25	1.698,77	1.826,18	1.363,14

ANEXO II

a que se refere o artigo 5º da Lei Complementar nº 854, 30 de dezembro de 1998

DENOMINAÇÃO	VENCIMENTOS R\$
Assistente Administrativo	475,00

ANEXO III

a que se refere o artigo 14 da Lei Complementar nº 854, de 30 de dezembro de 1998

DENOMINAÇÃO DE CLASSE	SIST. RETRIBUIDORIO	QUANTIDADE			TOTAL EXTINÇÃO CLASSE
		L.C.	E.V.	CARGOS	
Administrador	712/93	N.U.	5	7	12
Agente de Desenvolvimento Educacional	712/93	N.U.	33	17	50
Agente de Administração Pública	712/93	N.U.	14	15	29
Agente Administrativo	712/93	N.I.	1	19	20
Agente de Serviços Técnicos	712/93	N.I.	7	1	8
Almoxarife	712/93	N.I.	3	1	4
Analista Supervisor	712/93	COM.	1	-	1
Assistente	712/93	COM.	1	-	1
Assistente Social	674/92	N.U.	67	132	139
Assistente Social Chefe	674/92	N.U.	18	1	19
Assistente Social Encarregado	674/92	N.U.	9	1	10
Atendente	674/92	N.E.	4	69	64
Auxiliar Agropecuário	712/93	N.E.	1	-	1
Auxiliar de Administração Pública	712/93	N.U.	1	-	1
Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	712/93	N.E.	592	1	593
Auxiliar de Enfermagem	674/92	N.I.	112	2	114
Auxiliar de Laboratório	674/92	N.E.	2	-	2
Auxiliar de Serviços	712/93	N.E.	153	258	411
Auxiliar de Serviços de Saúde	674/92	N.E.	-	3	3
Chefe de Seção	712/93	COM.	168	-	188
Chefe de Seção Técnica	712/93	COM.	14	-	14
Cirurgião Dentista	674/92	N.U.	14	7	21
Encarregado de Setor	712/93	COM.	228	-	228
Encarregado de Setor de Saúde	671/92	N.I.	7	2	9
Encarregado de Setor Técnico	712/93	COM.	9	-	9
Encarregado de Turma	712/93	COM.	13	-	13
Enfermeiro	674/92	N.U.	43	-	43
Enfermeiro Chefe	674/92	N.U.	-	1	1
Enfermeiro Encarregado	674/92	N.U.	1	-	1
Engenheiro I	610/88	-	1	-	1
Estatístico	712/93	N.U.	4	-	4
Farmacêutico	674/92	N.U.	3	-	3
Médico	674/92	N.U.	24	5	29
Mestre de Artesanato	712/93	N.E.	5	5	10
Mestre de Ofício	712/93	N.I.	4	3	7
Motorista	712/93	N.I.	-	17	17
Nutricionista	674/92	N.U.	12	1	13
Nutricionista Chefe	674/92	N.U.	2	-	2
Oficial Administrativo	712/93	N.I.	-	118	118
Oficial de Serviços e Manutenção	712/93	N.E.	46	19	65
Operador de Máquinas	712/93	N.I.	3	-	3
Professor de Educação Básica	836/97	QM	1	-	1
Psicólogo	674/92	N.U.	29	-	29
Psicólogo Chefe	674/92	N.U.	1	-	1
Recreacionista	712/93	N.I.	66	10	76
Redator	712/93	N.U.	-	3	3
Relações Públicas	712/93	N.U.	-	1	1
Sociólogo	712/93	N.U.	-	3	3
Supervisor de Equipe de Ação Social	712/93	COM	1	-	1
Supervisor de Equipe de Assistência Técnica I	712/93	COM	3	-	3
Supervisor de Equipe de Assistência Técnica II	712/93	COM	2	-	2
Supervisor de Equipe Técnica de Saúde	674/92	COM	9	-	9
Técnico Agropecuário	712/93	N.I.	-	3	3
Trabalhador Braçal	712/93	N.E.	36	-	36
Vigia	712/93	N.E.	57	2	59
TOTAL GERAL			1000	718	2518

**LEI COMPLEMENTAR N° 855,
DE 30 DE DEZEMBRO DE 1998**

Prorroga o prazo para a concessão das vantagens pecuniárias que especifica

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:
Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

Artigo 1º - Fica prorrogado, até 27 de dezembro de 1999, o prazo para a concessão do Prêmio de Valorização, instituído pela Lei Complementar nº 809, de 18 de abril de 1996.

Artigo 2º - Fica prorrogado, até 31 de dezembro de 1999, o prazo para a concessão da Gratificação Área Educação, instituída pela Lei Complementar nº 834, de 4 de novembro de 1997.

Artigo 3º - O disposto no artigo anterior aplica-se aos inativos.

Artigo 4º - As despesas resultantes da aplicação desta lei complementar serão cobertas, com referência ao artigo 1º, na forma prevista no artigo 6º da Lei Complementar nº 809, de 18 de abril de 1996; e, no tocante aos artigos 2º e 3º, com as dotações próprias do orçamento vigente, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir, para o exercício de 1999, créditos suplementares até o limite de R\$ 27.439.012,00 (vinte e sete milhões, quatrocentos e trinta e nove mil e doze reais), mediante utilização de recursos nos termos do § 1º do artigo 43 da Lei federal nº 4320, de 27 de março de 1964.

Artigo 5º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, no que diz respeito ao artigo 1º, a partir de 28 de dezembro de 1998, e, no que diz respeito aos artigos 2º e 3º, a partir de 1º de janeiro de 1999.

Palácio dos Bandeirantes, 30 de dezembro de 1998.
MÁRIO COVAS
Yoshiaki Nakano
Secretário da Fazenda
Teresa Roserley Neubauer da Silva
Secretária da Educação
Fernando Gomez Carmona
Secretário da Administração e Modernização do Serviço Público
Fernando Leça
Secretário - Chefe da Casa Civil
Antonio Angarita
Secretário do Governo e Gestão Estratégica
Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 30 de dezembro de 1998.**LEI COMPLEMENTAR N° 856,
DE 30 DE DEZEMBRO DE 1998**

(Projeto de lei Complementar nº 5/98, da deputada Rosmary Corrêa - PMDB)

Altera dispositivo da Lei Complementar nº 826, de 20 de junho de 1997, que dispõe sobre a criação da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:
Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

Artigo 1º - O § 1º, do artigo 9º, da Lei Complementar nº 826, de 20 de junho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - O servidor não perderá o direito à percepção da Gratificação por Atividade de Ouvidoria-GAO quando se afastar em virtude de férias, nupcias, luto, serviços obrigatórios por lei, licença para tratamento de saúde, pelo prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, licença gestante, licença paternidade, licença prêmio, faltas justificadas, licença adoção, missão de interesse da Administração Pública, bem como participação em congressos, cursos ou demais certames relacionados com a respectiva área de atuação, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias."

Artigo 2º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Bandeirantes, 30 de dezembro de 1998.
MÁRIO COVAS
José Afonso da Silva
Secretário da Segurança Pública
Fernando Leça
Secretário - Chefe da Casa Civil
Antonio Angarita
Secretário do Governo e Gestão Estratégica
Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 30 de dezembro de 1998.**LEIS****LEI N° 10.151,
DE 29 DE DEZEMBRO DE 1998**

Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 1999

Retificação do D.O. de 30-12-98

Artigo 4º -

I - ..., na 4ª linha

Onde se lê: e dois reais;

Leia-se: e dois reais); e

Onde se lê:

SEÇÃO II

Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

Leia-se:

SEÇÃO III

Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

**LEI N° 10.175,
DE 30 DE DEZEMBRO DE 1998**

Dispõe sobre taxa de juros de mora incidentes sobre impostos estaduais, suspensão da atualização monetária e dá outras providências

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:
Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Os impostos estaduais, não liquidados nos prazos previstos na legislação própria, ficam sujeitos a juros de mora.

§ 1º - A taxa de juros de mora é equivalente:

1 - por mês, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia- SELIC, para títulos federais, acumulada mensalmente;

2 - por fração, a 1% (um por cento).

§ 2º - Considera-se, para efeito deste artigo:

1 - mês, o período iniciado no dia 1º e findo no respectivo último dia útil;

2 - fração, qualquer período de tempo inferior a um mês, ainda que igual a um dia.

§ 3º - Ocorrendo a extinção, substituição ou modificação da taxa prevista no item 1 do § 1º, o Poder Executivo adotará outro indicador oficial que refletira o custo do crédito no mercado financeiro.

§ 4º - Em nenhuma hipótese, a taxa de juros prevista neste artigo poderá ser inferior a 1% (um por cento) ao mês.

§ 5º - O valor dos juros deve ser fixado e exigido na data do pagamento do débito fiscal, incluindo-se esse dia.

§ 6º - Na hipótese de auto de infração pode o regulamento dispor que a fixação do valor dos juros se faça em mais de um momento.

§ 7º - A Secretaria da Fazenda divulgará, mensalmente, a taxa a que se refere este artigo.

Artigo 2º - A partir de 1º de janeiro de 1.999 fica suspensa a atualização monetária dos débitos fiscais.

§ 1º - Os débitos fiscais anteriores a 1º de janeiro de 1.999, ainda que constituídos após essa data, serão atualizados